

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

TEIA DOS POVOS E A CRISE AMBIENTAL:
COSMOPOLÍTICA, AGROECOLOGIA E RESISTÊNCIAS
PLURIVERSAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Eduarda Paz Trindade

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13259>

Submetido em: 2025-09-09

Postado em: 2025-09-12 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

TEIA DOS POVOS E A CRISE AMBIENTAL: COSMOPOLÍTICA, AGROECOLOGIA E RESISTÊNCIAS PLURIVERSAIS NO RIO GRANDE DO SUL

AUTORA, Eduarda Paz Trindade.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6661-0301>.

eduardapaztrindade26@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre (UFRGS), Rio Grande do Sul (RS), Brasil

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo compreender como a Teia dos Povos em Luta no Rio Grande do Sul constrói práticas agroecológicas e redes de resistência pluriversais diante da crise ambiental e do avanço do agronegócio, analisando de que modo desestabiliza dicotomias modernas, como natureza e cultura, e reconfigura o território como espaço relacional e político. Para isso, adota uma abordagem qualitativa fundamentada na Teoria Ator-Rede e na cosmopolítica, combinando análise de conteúdo e mapeamento de redes sociotécnicas. O corpus empírico foi composto por 1.754 registros públicos da Teia, incluindo cartas de Jornadas de Agroecologia, postagens em mídias sociais, vídeos e podcasts produzidos entre 2021 e 2023, que permitiram identificar categorias centrais como território, cuidado, soberania e espiritualidade, bem como o papel de mediadores humanos e mais-que-humanos. Os resultados indicam que a Teia ressignifica a agroecologia como prática ontológica e política, indo além de um conjunto de técnicas agrícolas, ao articular espiritualidade, cuidado coletivo e reciprocidade entre humanos e não humanos. Práticas como a troca de sementes crioulas, a organização de mutirões e a vivência de rituais comunitários revelam uma alternativa à homogeneização imposta pelo agronegócio e às epistemologias coloniais, reforçando a autonomia comunitária e a soberania alimentar, territorial e pedagógica. Apesar de enfrentar desafios relacionados à ausência de apoio estatal, às emergências climáticas e às tensões internas, a Teia dos Povos evidencia a potência das resistências pluriversais para enfrentar o colapso socioambiental contemporâneo e amplia as ferramentas analíticas das Ciências Sociais para interpretar a crise ambiental.

Palavras-chave: agroecologia, cosmo política, resistências pluriversais, Teoria Ator-Rede, Teia dos Povos.

TEIA DOS POVOS AND THE ENVIRONMENTAL CRISIS: COSMOPOLITICS, AGROECOLOGY, AND PLURIVERSAL RESISTANCES IN RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT: This research aims to understand how the Teia dos Povos Em Luta no Rio Grande do Sul builds agroecological practices and pluriversal networks of resistance in the face of the environmental crisis and the advance of agribusiness, analyzing how it destabilizes modern dichotomies such as nature and culture and reconfigures the territory as a relational and political space. To this end, it adopts a qualitative approach grounded in Actor-Network Theory and cosmopolitics, combining content analysis and mapping of socio-technical networks. The empirical corpus consisted of 1,754 public records from the Teia, including letters from Agroecology Journeys, social media posts, videos, and podcasts produced between 2021 and 2023, which allowed the identification of central categories such as territory, care, sovereignty, and spirituality, as well as the role of human and more-than-human mediators. The results indicate that the Teia re-signifies agroecology as an ontological and political practice, going beyond a set of agricultural techniques by articulating spirituality, collective care, and reciprocity between humans and non-humans. Practices such as the exchange of creole seeds, the organization of collective work efforts (mutirões), and the experience of community rituals reveal an alternative to the homogenization imposed by agribusiness and colonial epistemologies, reinforcing community autonomy and food, territorial, and pedagogical sovereignty. Despite facing challenges related to the lack of state support, climate emergencies, and internal tensions, the Teia dos Povos demonstrates the power of pluriversal resistances to confront the contemporary socio-environmental collapse and expands the analytical tools of the Social Sciences to interpret the environmental crisis.

Keywords: agroecology, cosmopolitics, pluriversal resistances, Actor-Network Theory, Teia dos Povos.

INTRODUÇÃO

A crise ambiental contemporânea desafia as ciências sociais a desenvolver novas ferramentas analíticas capazes de compreender as múltiplas dimensões envolvidas nas relações entre sociedade e natureza. No Brasil, esse desafio adquire contornos próprios diante do avanço do agronegócio, da devastação de

ecossistemas e da violência contra povos tradicionais. Surge, assim, a necessidade de abordagens sociológicas que desestabilizem dicotomias modernas – como natureza/cultura e humano/não-humano – e incorporem ontologias não ocidentais na análise política. Neste contexto, o presente artigo investiga a experiência da Teia dos Povos Em Luta no Rio Grande do Sul – uma articulação que reúne comunidades indígenas, quilombolas, camponesas, de terreiros e coletivos urbanos periféricos – como expressão de uma resistência pluriversal à crise ambiental.

A Teia dos Povos configura-se como uma coalizão cosmopolítica, unindo diferentes povos em torno da agroecologia e da defesa dos territórios comunitários. Inspirada na Teia dos Povos originária do sul da Bahia (criada em 2012), a Teia no Rio Grande do Sul vem tecendo, desde 2021, uma aliança preta, indígena e popular para enfrentar conjuntamente problemas socioambientais. Trata-se de uma rede que articula saberes tradicionais, espiritualidade ancestral e práticas produtivas sustentáveis, reivindicando autonomia em relação ao modelo desenvolvimentista hegemônico.

Este artigo parte de uma abordagem sociológica fundamentada na Teoria Ator-Rede (TAR) e no conceito de cosmopolítica. A TAR, desenvolvida por autores como Bruno Latour, Michel Callon e Annemarie Mol, orienta o olhar para as redes socio-técnicas heterogêneas formadas por humanos e mais que humanos, conferindo agencialidade a elementos materiais, naturais e espirituais na coprodução do social. Já a cosmopolítica, proposta por Isabelle Stengers, convida a incluir os múltiplos modos de existência na arena política, reconhecendo a pluralidade de mundos e a legitimidade de diferentes ontologias antes excluídas pela modernidade ocidental. Em diálogo com essas perspectivas, incorporamos também as reflexões de Marisol de la Cadena e Mario Blaser sobre o pluriverso,

no qual muitos mundos existem e lutam para coexistir sem se reduzir uns aos outros. Desse modo, adotamos um referencial teórico que articula a ideia de ontologias múltiplas (Latour, 2012; Mol, 2008) com a de uma política aberta ao cosmos divergente (Stengers, 2018; de la Cadena, 2019).

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa baseia-se em análise qualitativa de 1.754 registros públicos produzidos pela Teia dos Povos no RS entre 2021 e 2023, incluindo cartas das Jornadas de Agroecologia, postagens em mídias sociais (textos, fotos e vídeos), episódios de podcasts e vídeos de eventos. Os dados foram examinados por meio de análise de conteúdo temática, apoiada em ferramentas da TAR para mapear os mediadores humanos e mais que humanos mencionados nos discursos. Identificaram-se categorias centrais mobilizadas pela Teia – território, cuidado, soberania e espiritualidade, entre outras – e mapeou-se como conceitos e objetos (por exemplo, “sementes crioulas”, “agroflorestas”, “ancestrais”) entram em relação, formando uma rede sociotécnica de resistência. Essa combinação metodológica permitiu apreender tanto os sentidos atribuídos pela Teia às suas práticas quanto as conexões entre atores diversos (lideranças comunitárias, práticas agrícolas, entes não-humanos, etc.).

O argumento central desenvolvido ao longo do texto é que a Teia dos Povos Em Luta no RS ressignifica a agroecologia como prática ontológica e política, forjando uma forma pluriversal de resistência à crise ambiental, ao agronegócio e às epistemologias coloniais. Em vez de encarar a agroecologia apenas como um conjunto de técnicas agrícolas sustentáveis, a Teia a concebe como parte de um projeto ontológico que integra espiritualidade, cuidado e autonomia coletiva. Nesse sentido, a agroecologia torna-se um ato de resistência cultural e política que se entrelaça com a construção de soberania alimentar, territorial e pedagógica nas comunidades envolvidas. Veremos como, ao recriar a

agroecologia nesses termos, a Teia desafia epistemologias coloniais – enfrentando o epistemicídio (eliminação de saberes subalternizados) – e afirma a autonomia comunitária como estratégia frente ao modelo capitalista.

Para desenvolver esse argumento, o artigo organiza-se em três seções principais. Na primeira, apresentamos o referencial teórico, discutindo as contribuições da Teoria Ator-Rede e da cosmopolítica para compreender conflitos socioambientais em uma perspectiva não dualista. Na segunda seção, analisamos empiricamente a atuação da Teia dos Povos no RS, enfocando como agroecologia, território, cuidado e soberania são articulados como elementos de resistência. Na terceira seção, exploramos a dimensão cosmopolítica e mais que humana da Teia – em especial o papel da espiritualidade ancestral – e discutimos os desafios e tensões enfrentados por essa articulação, como a ausência de apoio estatal, as emergências climáticas regionais e as negociações internas entre os diversos atores da rede. Por fim, nas considerações finais, sintetizamos como a Teia dos Povos, ao reconfigurar o território em termos relacionais e plurais, contribui para repensar a crise ambiental e ampliar os horizontes analíticos das Ciências Sociais frente a essa crise.

1. COSMOPOLÍTICA E TEORIA ATOR-REDE: UM NOVO OLHAR SOCIOLÓGICO PARA A CRISE AMBIENTAL

Os paradigmas teóricos da Teoria Ator-Rede (TAR) e da cosmopolítica emergem como ferramentas analíticas potentes para interpretar os impasses da crise ambiental atual. Ambos convergem na crítica ao pensamento dualista da modernidade – que separou natureza e sociedade, ciência e cultura – e na busca por formas de compreender a co-produção entre humanos e mais que humanos nas controvérsias ecológicas (Latour, 1994; 2004). Bruno Latour (1994), em sua obra *Jamais Fomos Modernos*, argumenta que nunca de fato existiu uma

separação absoluta entre o mundo natural e o mundo social; o que a modernidade fez foi purificar conceitualmente essas esferas enquanto, na prática, proliferavam híbridos de natureza e cultura. A crise ambiental – exemplificada pelas mudanças climáticas, pandemias zoonóticas e desastres ecológicos – evidencia justamente a impossibilidade de manter tal separação: a Gaia de Latour invade a política, forçando-nos a reconhecer a agência da Terra e de múltiplos seres antes considerados inertes. Isabelle Stengers (2015) denomina esse fenômeno de intrusão de Gaia, salientando que ele põe em xeque as pretensões do capitalismo e do Estado de controlar a natureza, e exige uma resposta que recupere a arte de ter cuidado com o comum.

A Teoria Ator-Rede fornece um arcabouço para seguirmos essas agências heterogêneas em rede. Para a TAR, formulada por Latour, Callon e John Law, a vida social é tecida por associações entre atores humanos e não humanos, de modo que objetos materiais, organismos, tecnologias e entidades naturais participam ativamente na configuração dos fatos sociais (Callon, 1986; Latour, 2005). Michel Callon (2004, p. 71) define uma rede sóciotécnica precisamente como “o conjunto de atores que, tendo participado de uma maneira ou de outra de determinado processo, se entrelaçam – tanto pessoas e instituições quanto técnicas e máquinas, assim como normas e valores”.

Em outras palavras, a TAR rompe com a visão hierárquica que subordina os mais que humanos a mero cenário ou recurso e os reconhece como actantes – agentes capazes de fazer a diferença nas relações. Annemarie Mol (2008), ao introduzir o conceito de política ontológica, reforça que diferentes práticas encenam realidades distintas; assim, disputas sociotécnicas não são apenas acerca de valores ou interesses, mas sobre que mundos serão realizados na prática. Essa sensibilidade teórica é fundamental para analisarmos a Teia dos

Povos, pois a própria noção de resistência pluriversal implica a coexistência de múltiplas ontologias (mundos social-natural-espirituais) interagindo na arena política.

Já o conceito de cosmopolítica, formulado por Isabelle Stengers (2005; 2018), complementa a TAR ao propor explicitamente a inclusão dessas múltiplas ontologias no debate político. Stengers (2018) sugere que se pense a política como um processo de composição entre mundos heterogêneos – uma ecologia de práticas em que diferentes existências negociam como estar juntos sem reduzir suas divergências. Na cosmopolítica, o termo cosmos remete ao desconhecido constituído por esses mundos múltiplos e divergentes, e a política passa a ser entendida como a articulação aberta que permite o encontro entre eles. Importa desacelerar as certezas e universalismos, criando espaço para que vozes não modernas – muitas vezes marginalizadas como não políticas – se manifestem (Stengers, 2018).

Stengers propõe, portanto, uma política experimental, minoritária, que não toma como dado antecipado o que conta como ator ou como questão relevante, mas está disposta a ampliar o coletivo para incluir entidades outrora consideradas extrapartidárias (espíritos, rios, ancestrais, montanhas, animais, etc.). Essa proposta está alinhada com o que Marisol de la Cadena (2010) chamou de cosmopolítica indígena – um reposicionamento da política além dos limites do Estado liberal secular, abrindo fissuras por onde práticas excessivas, isto é, que excedem as categorias políticas convencionais, possam emergir. Como exemplo, De la Cadena (2010) analisa casos nos Andes em que entidades sentientes – como montanhas consideradas ancestrais vivas – tornam-se atores políticos, desafiando a separação entre Natureza e Humanidade estabelecida pelo pensamento ocidental.

No campo dos conflitos ambientais, essas perspectivas têm sido mobilizadas para interpretar disputas em que visões de mundo incomensuráveis se enfrentam. Lorena Cândido Fleury (2013), por exemplo, ao estudar a controvérsia em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na Amazônia, aplicou o conceito de cosmopolíticas para mostrar que estava em jogo muito mais do que um debate técnico sobre energia: de um lado, o empreendimento era justificado pelo discurso desenvolvimentista estatal; de outro, povos indígenas e movimentos socioambientais contestavam a própria ideia de desenvolvimento, reivindicando outras formas de vida e relação com o território.

Fleury (2013) observou que no âmbito cosmopolítico da disputa, o significado de progresso foi tensionado e ressignificado, escapando aos parâmetros tradicionais do licenciamento ambiental e expondo um dilema civilizatório. Essa análise inspira nossa leitura da Teia dos Povos: assim como em Belo Monte se questionou o modelo hegemônico de desenvolvimento, a Teia dos Povos no RS contesta o agronegócio e o colonialismo epistemológico ao propor práticas alternativas enraizadas em cosmologias afro-indígenas e camponesas.

Trata-se, em suma, de entender a luta socioambiental não apenas como conflito de interesses materiais, mas como confronto entre ontologias – uma luta do pluriverso contra a pretensão universalista do Um. Nessa perspectiva, conceitos como Bem Viver, terricídio e epistemicídio tornam-se relevantes: Bem Viver resume valores de harmonia e reciprocidade com a Terra presentes nas cosmovisões andinas e guaranis (Acosta, 2016); terricídio denomina a destruição sistemática da Terra e dos mundos dos povos originários (Botton, 2023; Millán, 2020); e epistemicídio refere-se ao extermínio de saberes locais pelo conhecimento hegemônico (Carneiro, 2005). Todos apontam para a urgência de

repensar a crise ambiental como uma crise civilizatória, em que é preciso defender a pluralidade de modos de existir.

Em síntese, a TAR e a cosmopolítica nos fornecem lentes teóricas para enxergar, na experiência da Teia dos Povos, uma política experimental de alianças entre humanos e mais que humanos, na qual a agroecologia deixa de ser um tema apenas agrônômico para se tornar cosmopolítico. A seguir, examinaremos concretamente como isso se manifesta no caso da Teia dos Povos Em Luta no Rio Grande do Sul, mostrando de que maneira essa articulação constrói suas estratégias de autonomia e resistência em meio à crise ambiental.

2. AGROECOLOGIA PLURIVERSAL: TERRITÓRIO, CUIDADO E SOBERANIA NA TEIA DOS POVOS EM LUTA NO RIO GRANDE DO SUL

A Teia dos Povos em Luta no Rio Grande do Sul emerge como uma articulação de territórios em resposta às múltiplas faces da crise ambiental e social no estado. Formada por comunidades indígenas (Guarani Mbya, Kaingang e outras), quilombolas, assentados da reforma agrária, coletivos de agricultura familiar, povos de terreiro e ativistas urbanos, a Teia/RS se constituiu formalmente em 2021, inspirada pela experiência homônima iniciada na Bahia. Seu processo de formação envolveu encontros regionais e Jornadas de Agroecologia, nos quais diferentes grupos puderam compartilhar denúncias, sonhos e conhecimentos. O primeiro grande evento público foi a 1ª Jornada de Agroecologia da Teia/RS, realizada em março de 2022 na Aldeia Guarani Tekoa Guaviraty Porã, em Santa Maria (RS), reunindo centenas de participantes em torno de oficinas, rodas de conversa, cantos e rituais. A carta política produzida ao final dessa jornada – a Carta de Santa Maria (2022) – anunciou os princípios norteadores da Teia: a construção de autonomia comunitária, a defesa de terra, território e vida, o compromisso com a agroecologia sem veneno e sem patrão, a

valorização da espiritualidade ancestral e a solidariedade entre os povos marginalizados. Desde então, a Teia/RS vem promovendo encontros temáticos, vivências agroecológicas e mobilizações de apoio mútuo, tecendo uma rede de apoio intercomunitário que se fortalece a cada novo nó conectado.

Um elemento central dessa articulação é a ressignificação da agroecologia. Para a Teia dos Povos, agroecologia não é apenas um conjunto de técnicas de cultivo sustentável, mas sim um modo de vida e luta que integra dimensões políticas, culturais e espirituais. Em uma declaração significativa, integrantes da Teia afirmam: “para nós, a agroecologia é a garantia de autonomia, sobrevivência e permanência dos povos em seus territórios, quando desenvolvida de forma coletiva e comunitária”. Esse enunciado – atribuído ao coletivo Guandu Agroecologia (2021) – sintetiza a perspectiva da Teia: a prática agroecológica, quando feita em mutirão e orientada pelo bem comum, assegura a reprodução social das comunidades em suas terras, tornando-se base da sua resistência. De fato, a Teia reafirma a agroecologia como uma estratégia multifacetada, que não se limita ao plantio sem agrotóxicos, mas que se converte em ferramenta essencial para alcançar a soberania alimentar, a preservação cultural e a oposição ao agronegócio e às políticas de exploração. Nota-se, portanto, uma ampliação ontológica do conceito: agroecologia passa a integrar práticas de cuidado, transmissão de saberes ancestrais, organização comunitária e resistência anticapitalista.

No discurso da Teia dos Povos, a soberania alimentar e territorial são objetivos explícitos e interligados. A soberania alimentar diz respeito ao direito dos povos decidirem sobre seus próprios sistemas agrários e alimentares – por exemplo, cultivar variedades tradicionais, produzir alimentos saudáveis para consumo local e não depender de insumos industriais ou sementes transgênicas.

Já a soberania territorial refere-se ao controle comunitário sobre as terras e ecossistemas, incluindo a demarcação de terras indígenas e quilombolas, a defesa contra projetos extrativos predatórios e a gestão autônoma dos recursos naturais. Ambas as soberanias se reforçam mutuamente na Teia.

As práticas da agroecologia em rede – como a criação de viveiros comunitários, o plantio consorciado em agroflorestas, a recuperação de nascentes e a troca de sementes crioulas – fortalecem os laços com o território e reduzem a vulnerabilidade econômica, social e ecológica das comunidades. Por exemplo, a troca de sementes crioulas é um ritual recorrente nos encontros da Teia: variedades locais de milho, feijão, arroz, entre outras, são compartilhadas entre os agricultores, o que garante a diversidade genética, a autonomia alimentar e a continuidade dos saberes tradicionais. Essas sementes carregam memórias e adaptações ao ambiente local, sendo consideradas verdadeiros tesouros ancestrais. Ao cultivá-las, os povos da Teia resistem à lógica do agronegócio – que impõe sementes híbridas ou transgênicas patenteadas, acompanhadas de agrotóxicos – e reafirmam sua capacidade de produzir alimentos de forma independente e sustentável. Nesse contexto, como destaca a análise de Latour, até mesmo elementos como sementes e práticas agrícolas tornam-se actantes no agenciamento coletivo, atuando como agentes de transformação que desafiam as estruturas de poder e promovem autonomia coletiva. Isto é, a luta pela semente crioula na Teia exemplifica a materialização concreta da resistência pluriversal: um pequeno grão encapsula um cosmos de relações entre humanos, solos, espíritos da terra e conhecimentos imemoriais.

Outro pilar fundamental na experiência da Teia dos Povos é a noção de território como espaço relacional de cuidado. Enquanto o paradigma dominante tende a ver o território ora como mercadoria (terra para exploração econômica),

ora apenas como palco de disputa de poder, na Teia o território aparece como sujeito coletivo e como fonte de vida que demanda cuidado. Durante as Jornadas de Agroecologia e outros encontros, é comum que lideranças se refiram à terra em termos afetivos e espirituais – Mãe Terra, Yvy Marae’y (terra sem males, na concepção Guarani) – indicando uma relação de reciprocidade e respeito. O termo cuidado adquire, portanto, um duplo sentido: cuidado com as pessoas (saúde, educação, cultura) e cuidado com os ecossistemas (água, solo, florestas, animais).

A Teia dos Povos promove iniciativas concretas de cuidado territorial, como mutirões de reflorestamento, construção de cisternas e agroflorestas, manejo ecológico do solo e vigilância comunitária contra queimadas e invasões de terra. Em abril de 2025, por exemplo, diante de incêndios que atingiram o Bioma Pampa, a Comunidade Kilombola Morada da Paz – núcleo da Teia/RS – alertou sobre queimadas criminosas e organizou voluntários para proteger o território e a população local. Essa ação ilustra a articulação entre cuidado ambiental e defesa comunitária. Importante notar que, na perspectiva da Teia, praticar o cuidado é também um ato político de resistência: implica se contrapor ao descaso histórico do Estado, que raramente presta assistência efetiva a essas comunidades em situações de desastre e à lógica extrativa que enxerga a terra apenas como recurso a ser explorado. Assim, ao cuidar do território e uns dos outros, os povos em Teia estão simultaneamente se autoprotegendo e contestando as estruturas de poder que os vulnerabilizam.

A categoria território, para a Teia, vai além do conceito convencional de delimitação geográfica. Trata-se de um território vivido, tecido de relações sociais, culturais e espirituais. Como sintetizou uma das cartas da Teia, “nós somos a terra lutando por viver”, denotando uma identificação profunda entre

comunidade e terra (Teia dos Povos, 2022). Esse entendimento ressoa com a ideia de território como espaço existencial e político, presente em muitas lutas indígenas e quilombolas no Brasil. Ao unir territórios de Yvyrupá – palavra em guarani que alude ao continente sul-americano como terra única –, a Teia dos Povos afirma uma visão integrada: os diversos territórios locais conectam-se numa teia maior de solidariedade, partilhando o propósito de garantir condições para o Bem Viver das atuais e futuras gerações. Em 2023, por exemplo, a Teia/RS realizou seu I Encontro Organizativo no Kilombo Coxilha Negra (região sul do estado), reunindo representantes de várias comunidades para planejar ações conjuntas. Na carta resultante desse encontro, reafirmou-se o compromisso de tecer uma rede de apoio e fortalecimento entre os de baixo, reconhecendo que a luta de cada território, seja contra grileiros, contra a monocultura de eucalipto, contra a mineração ou outras ameaças fazem parte de uma luta comum pela terra e por novos mundos. Essa política de alianças interterritoriais indica uma estratégia de resistência distribuída: em vez de centralizar a ação, a Teia atua como um rizoma, em que cada comunidade-base é um nó com autonomia, mas ligado a um corpo coletivo que oferece suporte mútuo em momentos de necessidade.

Diante disso, cabe destacar o papel do cuidado pedagógico na Teia dos Povos – algo a que os participantes se referem também como soberania pedagógica. Entende-se que a autonomia passa pela construção de conhecimentos próprios, razão pela qual a Teia investe em processos formativos populares. Há iniciativas como a Escola das Sementes, vivências agroecológicas, círculos de estudos e formações políticas interculturais. Em novembro de 2023, a Teia/RS lançou uma campanha de financiamento para apoiar uma escola popular na Ocupação Vila Resistência (periferia urbana), voltada à educação infantil

comunitária e à transmissão de valores de cooperação e identidade cultural (Trindade, 2025). Esse é um exemplo de como a luta abrange a dimensão educacional: em vez de esperar por políticas públicas que raramente chegam a essas populações, a rede se mobiliza para criar suas próprias estruturas pedagógicas, alinhadas com seus princípios (ancestralidade, sustentabilidade, coletividade).

A soberania pedagógica relaciona-se, assim, com a emancipação em termos de produção de saber – rompendo com o epistemicídio colonial que historicamente desqualificou os conhecimentos indígena, afro-brasileiro e camponês. Ao valorizar e praticar esses conhecimentos em espaços formativos autônomos, a Teia reafirma que existem outros modos de aprender e de produzir ciência, mais situados e comprometidos com a vida.

Desta forma, a Teia dos Povos Em Luta no Rio Grande do Sul vem configurando a agroecologia como um eixo articulador de lutas por soberania, cuidado e território, encarnando, na prática, a ideia de resistência pluriversal. Cada horta comunitária, cada semente crioula plantada, cada ritual de cura e cada aula popular organizada tornam-se atos políticos que desafiam o agroextrativismo e a homogeneização cultural. Essa ressignificação ampliada da agroecologia, ancorada em território e autonomia, é fundamental para entendermos a originalidade da Teia. Porém, para apreender em profundidade a cosmopolítica dessa articulação, é necessário examinar também o papel dos mediadores mais que humanos nessa rede – o que faremos a seguir.

2. ESPIRITUALIDADE, MAIS QUE HUMANOS E DESAFIOS DA RESISTÊNCIA COSMOPOLÍTICA

Um dos traços mais marcantes – e inovadores – da Teia dos Povos é a centralidade da espiritualidade ancestral em sua prática política. Desde os

primeiros encontros, ficou evidente que a Teia não separa a dimensão espiritual da luta material: ao contrário, a relação com entidades mais que humanas (encantados, orixás, santos, espíritos dos antepassados, seres da natureza) é considerada parte integrante do movimento. Nas Jornadas de Agroecologia e demais reuniões da Teia, as atividades costumam iniciar com rituais ecumênicos conduzidos por pajés indígenas, lideranças de terreiros afro-brasileiros, rezadores e benzedeadas. Cânticos em guarani, toques de tambor, defumações com ervas, rodas de reza e outras práticas são realizadas coletivamente, criando um ambiente onde as diferentes tradições dialogam e se fortalecem mutuamente. Esse ecumenismo de base não é meramente simbólico; ele estabelece uma ética comum de reciprocidade com os seres da terra e confere um sentido de proteção espiritual à luta. Essa perspectiva rompe com a concepção tradicional ocidental de transcendência e traz o divino para o aqui e agora das relações entre os povos e a natureza.

Do ponto de vista analítico, podemos entender essa presença do espiritual na Teia dos Povos através do conceito de cosmopolítica indígena de Marisol de la Cadena (2010). Como mencionado, de la Cadena sugere que certos movimentos indígenas não lutam apenas por direitos dentro do Estado-nação, mas também para criar espaço para entidades mais que humanas na política. Na Teia, a participação desses mais que humanos – sejam eles concebidos como ancestrais, encantados ou forças da natureza – confere à articulação um caráter cosmopolítico inegável. Os próprios ativistas reconhecem essa dimensão: por exemplo, nos relatos orais das lideranças é comum ouvir que “os ancestrais estão guiando nossos passos” ou que “sem a força dos Orixás/Encantados não teríamos chegado até aqui”. Tais afirmativas não são mera retórica, mas indicam uma forma distinta de fazer política, onde a legitimidade das decisões e alianças

também depende de sinais e consentimentos provenientes do mundo espiritual. Isso se reflete em práticas concretas, como a consulta aos mais velhos sábios (guardadores dos saberes tradicionais), a atenção a sonhos e visões, ou a escolha de lugares sagrados para realizar encontros. Desse modo, a Teia desestabiliza a dicotomia moderno-secular ao incorporar esses mediadores espirituais como atores legítimos no processo político.

Também no âmbito da TAR podemos lançar luz sobre essa dinâmica, valendo-nos da ideia de mediação tradutória. Bruno Latour (2004) defende que, num coletivo bem constituído, deve-se dar voz a todos os tipos de entidades envolvidas nas controvérsias, num procedimento quase diplomático de tradução entre diferentes existências. A Teia dos Povos parece operar precisamente como um espaço de tradução cosmopolítica: ela cria condições para que as perspectivas do povo Guarani sobre a floresta (por exemplo, a mata como morada de espíritos Ka'aguy), as visões das religiões afro sobre a terra (terra como domínios de Inkices ou Orixás) e o saber camponês ecológico (a terra como mãe provedora que exige descanso e rotação de culturas) possam coexistir e se articular em ações comuns.

É notável que, em vez de gerar conflitos, essa diversidade cosmológica na Teia tende a gerar complementariedade – o que talvez se explique pela história compartilhada de opressão e pela ética comum de cuidar da vida. Aqui, vale citar Eduardo Viveiros de Castro (2007), quando este afirma que a política indígena frequentemente envolve equívocos controlados – diferentes agentes cooperam mesmo sem partilhar exatamente a mesma cosmologia, justamente porque aprendem a traduzir seus conceitos reciprocamente. Na Teia/RS, um exemplo foi o Encontro Artístico, Político e Espiritual de Mulheres realizado no Dia Internacional da Mulher de 2023, batizado como “Tecendo Bem Viver”. Nesse

encontro, mulheres quilombolas, indígenas e urbanas trocaram experiências de luta e espiritualidade, resultando na formação de uma Frente de Mulheres da Teia. A carta deste encontro enfatizou a espiritualidade como fonte de força e união, ao mesmo tempo em que denunciou o patriarcado, o racismo e a destruição ambiental. Em outras palavras, as mulheres da Teia articularam suas demandas sociais (contra a violência de gênero, por exemplo) com elementos espirituais (invocando a proteção de ancestrais e deidades femininas), num ato que exemplifica bem a cosmopolítica: diferentes mundos e lógicas de ação compondo uma frente comum sem perder suas singularidades.

Apesar das potencialidades, a construção dessa resistência pluriversal não ocorre sem desafios. Um primeiro desafio diz respeito às relações com o Estado e as políticas públicas. Até o momento, a Teia dos Povos no RS tem se desenvolvido à revelia de apoio governamental. Nos anos recentes marcados pelo desmonte de políticas ambientais e indigenistas em nível federal (especialmente 2019-2022), as comunidades da Teia enfrentaram sozinhas situações críticas como enchentes, secas, pandemias e ataques de milícias armadas ligadas ao agronegócio. A opção preferencial pela autonomia – coerente com a inspiração nos movimentos autônomos latino-americanos, como os Zapatistas mexicanos – fez com que a Teia não buscase institucionalização formal (até 2025 não se constitui como ONG ou associação registrada, por exemplo). Isso, se por um lado garante liberdade de ação e evita cooptação, por outro significa escassez de recursos materiais e pouca inserção nos canais formais de decisão. Projetos de agroecologia e economia solidária esbarram na falta de financiamento; muitas ações dependem de voluntariado e do sacrifício pessoal dos participantes. Ademais, a própria postura crítica da Teia em relação ao Estado – vista como uma entidade historicamente

colonizadora e omissa – dificulta parcerias imediatas, embora abra caminho para alternativas baseadas na autogestão comunitária.

Outro desafio se refere às tensões internas da articulação. Por reunir sujeitos coletivos diversos (indígenas, quilombolas, assentados, coletivos urbanos), a Teia precisa conciliar diferentes visões políticas e prioridades locais. Existem tensões latentes, por exemplo, entre aqueles mais inclinados à confrontação direta (protestos, ocupações de terra) e os que preferem estratégias construtivas (projetos produtivos, diálogo institucional); entre gerações mais velhas, guardiãs de tradições, e jovens militantes urbanos, com linguagens e referências distintas; ou ainda entre demandas específicas de um território (como a regularização fundiária de um quilombo) e a necessidade de ações coletivas mais amplas (como uma campanha contra agrotóxicos no estado inteiro).

A manutenção da unidade na diversidade requer um esforço constante de diálogo intercultural, paciência e capacidade de escuta. A figura dos mediadores – neste caso, lideranças que transitam entre diferentes grupos – é crucial. Pessoas como educadores populares, agrônomos militantes, ou líderes religiosos com trânsito em várias comunidades desempenham um papel de tradução e apaziguamento interno, evitando rupturas. Ainda assim, é comum que haja rotatividade de participantes e momentos de refluxo em algumas frentes da Teia, já que nem sempre todos os envolvidos partilham do mesmo nível de engajamento ou de compreensão recíproca. A forma de organização em rede flexível, felizmente, absorve parte dessas flutuações: os nós podem enfraquecer temporariamente sem que a Teia inteira se rompa, e novos nós podem surgir conforme a conjuntura evolui.

Da mesma forma, não se pode ignorar os desafios colocados pelas mudanças climáticas e desastres ambientais cada vez mais frequentes no Rio

Grande do Sul. Nos anos de 2022 e 2023, o estado enfrentou eventos extremos – longos períodos de estiagem seguidos por tempestades severas e enchentes devastadoras. Comunidades da Teia, situadas em zonas rurais vulneráveis ou periferias urbanas precárias, sofreram impactos significativos: perdas de colheitas, destruição de moradias, escassez hídrica e agravamento da insegurança alimentar. Em junho de 2024, a Teia/RS convocou uma reunião emergencial intitulada “Esperança, rezo e luta em meio à catástrofe: fortalecendo os povos para enfrentar o colapso climático” (Trindade, 2025). Essa iniciativa evidencia a percepção de que os efeitos do clima extremo já são uma realidade cotidiana e requerem articulação de solidariedade. Tais eventos testam a resiliência da rede: por um lado, reforçam a importância da união (a ajuda mútua é fundamental quando há ausência de socorro estatal); por outro, colocam pressão sobre os recursos escassos e podem gerar sentimento de impotência.

A narrativa cosmopolítica da Teia – que conecta a crise ecológica às feridas coloniais e capitalistas – ajuda os participantes a dar sentido coletivo ao sofrimento, transformando a dor em motivação para a luta. Contudo, a magnitude da crise climática também evidencia os limites de uma articulação regional isolada, apontando para a necessidade de ampliar alianças em nível nacional e internacional. De fato, em 2022 ocorreu o I Encontro Nacional da Teia dos Povos do Brasil, reunindo representantes de vários estados, onde se discutiu a construção de um Fundo Soberano dos Povos para apoiar iniciativas comunitárias e enfrentar desastres. Essa expansão da Teia para além das fronteiras estaduais indica um caminho promissor para superar desafios estruturais, ainda que traga consigo novas complexidades organizativas.

Assim, a resistência cosmopolítica pluriversal encarnada na Teia dos Povos comporta tensões e desafios inerentes ao seu caráter inovador. Ao buscar

articular diversos mundos em uma mesma luta, a Teia precisa lidar simultaneamente com a opressão externa (do capital, do Estado, do clima em colapso) e com a diversidade interna (cultural, geracional, estratégica). Até agora, ela o fez de modo criativo, construindo pontes entre diferenças e encontrando na espiritualidade compartilhada e na agroecologia comunitária uma cola potente. Os desafios apontados não diminuem a relevância da experiência; ao contrário, revelam que essa nova forma de ativismo sociopolítico está aprendendo fazendo, e sua força reside precisamente na capacidade de adaptação e reinvenção constante – tal qual uma teia que se rearranja sem se desfazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da Teia dos Povos Em Luta no Rio Grande do Sul, aqui empreendida, evidencia a potência de se abordar a crise ambiental através de uma perspectiva sociológica não convencional, informada pela Teoria Ator-Rede e pela cosmopolítica. Longe de explicar os conflitos ecológicos apenas em termos de interesses econômicos ou deficiências institucionais, olhamos para a Teia dos Povos como exemplo de uma resposta pluriversal – ou seja, uma resposta que envolve múltiplas racionalidades, ontologias e agentes (humanos e mais que humanos) em cooperação.

Ao longo da pesquisa, ficou claro que a Teia ressignificou a agroecologia e a luta por terra em bases mais amplas: desterritorializou esses conceitos do campo estritamente técnico ou produtivo e os reterritorializou no campo ontológico-político. Agroecologia, para a Teia, é simultaneamente agricultura sustentável, afirmação identitária, ritual de cura, estratégia econômica e ato de resistência antissistêmica. Território é ao mesmo tempo chão geográfico e espaço sagrado vivo; cuidado é prática cotidiana e filosofia política; soberania é meta prática e

princípio epistêmico. Tudo isso sob o signo de alianças interculturais que desafiam a monocultura do saber e do poder.

Retomando a pergunta central que guiou este trabalho – como a Teia dos Povos resignifica a agroecologia e propõe uma resistência pluriversal à crise ambiental e ao agronegócio? –, podemos afirmar que o faz reagregando elementos heterogêneos numa rede de autonomia. Com base na pesquisa qualitativa realizada, constatamos que a Teia, ao recombinar saberes tradicionais (indígenas, quilombolas, camponeses), técnicas agroecológicas modernas, espiritualidades diversas e valores comunitários, constrói uma narrativa e uma prática de resistência que escapa às categorias analíticas usuais. Não se trata de um movimento ambientalista convencional, nem de um movimento identitário único, nem tampouco de um coletivo político formalizado – mas de uma articulação rizomática que atua simultaneamente na esfera econômica (produzindo alimento, renda e meios de vida), na esfera cultural (ressignificando símbolos e fortalecendo identidades), na esfera espiritual (revitalizando cosmologias oprimidas) e na esfera política (enfrentando latifúndio, racismo, patriarcado e mudanças climáticas). Em síntese, a Teia dos Povos reconfigura o território como um espaço relacional e político, onde novas formas de vida e convivência estão sendo experimentadas.

Essa experiência traz contribuições importantes tanto para as lutas sociais quanto para a reflexão acadêmica. Para os movimentos socioambientais, a Teia dos Povos indica caminhos de resistência baseados na autonomia e na solidariedade inter-étnica. Ao invés de esperar soluções de cima, os povos em Teia constroem soluções de baixo, enraizadas nas suas realidades locais mas conectadas em escala mais ampla. A ideia do pluriverso deixa de ser abstrata e ganha materialidade nas hortas comunitárias, nas feiras de troca de sementes,

nas assembleias sob as árvores, nas cantorias em múltiplas línguas. A Teia demonstra, assim, que é possível enfrentar a devastação socioecológica criando novas ecologias de convivência, nas quais os seres humanos se reconhecem parte da natureza e aliados uns dos outros, e não donos da terra ou concorrentes em um jogo de soma zero.

Por outro lado, para as Ciências Sociais, especialmente no Brasil, a análise da Teia reforça a importância de ultrapassar limites disciplinares e epistêmicos. Conceitos clássicos da sociologia – como movimento social, desenvolvimento, política – mostram-se insuficientes para abarcar fenômenos como este, exigindo diálogo com a antropologia decolonial, a ecologia política e a filosofia da ciência. O referencial da cosmopolítica, ao lado da TAR, mostrou-se fértil para interpretar a Teia, pois permitiu visibilizar atores e racionalidades normalmente excluídos da análise (espíritos, plantas, territórios falantes) e entender a resistência não apenas como oposição, mas como invenção de mundos alternativos.

Por fim, reconhecemos que a trajetória da Teia dos Povos Em Luta no Rio Grande do Sul está em construção e repleta de desafios em aberto. A ausência de apoio estatal, se por um lado é parte constitutiva de sua aposta na autonomia, por outro revela as injustiças estruturais que precarizam a vida das comunidades tradicionais – algo que demandaria não a cooptação dos movimentos, mas o reposicionamento das políticas públicas para aprender com essas iniciativas e fortalecê-las sem as subordinar. As emergências climáticas em curso podem tanto aprofundar crises humanitárias quanto catalisar novas ondas de solidariedade; no caso da Teia, até agora prevaleceu a segunda via, mas a escala dos desastres futuros testará os limites dessa resiliência local. E as tensões internas da rede, inerentes à sua diversidade, continuarão exigindo mecanismos inovadores de governança horizontal, respeito e tradução intercultural. A longevidade e o êxito

dessa articulação pluriversal dependerão, em grande medida, da sua capacidade de manter a coesão sem perder a horizontalidade, de crescer em tamanho sem burocratizar-se, e de aprofundar seus princípios sem fechar-se ao novo.

Em todo caso, a lição que a Teia dos Povos já oferece é poderosa: descolonizar o olhar sobre a crise ambiental, reconhecendo que nela se entrelaçam crises sociais, epistemológicas e espirituais, é condição para imaginarmos alternativas genuínas. A Teia nos lembra que enfrentar o “Monstro” (como chamam o agronegócio e o capital predatório) demanda tecer novas relações – entre pessoas e com a Terra – fundamentadas em cuidado, reciprocidade e respeito à diversidade de existências. Em um mundo cada vez mais uniforme e insustentável, experiências como a Teia dos Povos acenam para a possibilidade de um futuro onde caibam muitos mundos. Que as Ciências Sociais possam continuar acompanhando, aprendendo e contribuindo com essas experiências, enriquecendo suas ferramentas analíticas para dar conta do inesperado e do plural. Afinal, como sugere a cosmopolítica, talvez a saída para a crise esteja não em uma solução única, mas em abrir espaço para que muitos mundos floresçam.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

BLASER, Mario; DE LA CADENA, Marisol (Org.). **A World of Many Worlds**. Durham: Duke University Press, 2018.

CALLON, Michel. Por uma abordagem da ciência, da inovação e do mercado: o papel das redes sócio-técnicas. In: PARENTE, A. (org.). **Tramas da rede**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2004. p. 69-96.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DE LA CADENA, Marisol. **Indigenous cosmopolitics in the Andes: conceptual reflections beyond “politics”**. *Cultural Anthropology*, v.25, n.2, p.334-370, 2010.

DE LA CADENA, Marisol. **Natureza incomum: histórias do antrope-cego**. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.69, p.113-135, 2019.

FLEURY, Lorena Cândido. **Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru: EDUSC, 2004.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria Ator-Rede**. Bauru: EDUSC; Salvador: Edufba, 2012.

MOL, Annemarie. **Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas**. In: AMORIM, H.; PEREIRA, P.; SCHWARTZ, H. (orgs.). *Objectos impuros: experiências em estudos sobre a ciência*. Porto: Ed. Afrontamento, 2008. p. 63-75.

PIMENTEL, Spensy K. **Teia dos Povos: estratégias cosmopolíticas agroecológicas na formação de uma rede de autonomias no sul da Bahia**. *Revista de Antropologia (USP)*, v.66, n.1, p.1-21, 2023.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

STENGERS, Isabelle. **A proposição cosmopolítica**. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.69, p.442-464, 2018.

TEIA DOS POVOS. **Carta da 1ª Jornada de Agroecologia da Teia dos Povos em Luta no RS**. Santa Maria, 20 mar. 2022.

TEIA DOS POVOS. Carta do I Encontro Organizativo da Teia dos Povos em Luta no RS. Kilombo Coxilha Negra, 7 maio 2023.

TRINDADE, Eduarda Paz. **A luta é pela terra, pelas sementes e pela ancestralidade:** agroecologia e autonomia na Teia dos Povos em Luta no Rio Grande do Sul. 2025. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O nativo relativo.** In: *Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena.* São Paulo: Cosac Naify, 2015. p. 101-123.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo está disponível ao público.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS: Declaro, como única autora, ser a única responsável pela coleta de referências e da concepção da ideia do artigo, bem como da elaboração textual e de sua revisão.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: A autora declara não haver conflitos de interesse.

MINIBIOGRAFIAS DAS AUTORAS DO PAPER: Doutoranda e mestre em Sociologia pelo PPGS da UFRGS e bacharela em Ciências Sociais pela UFSM. Pesquisa sobre soberania alimentar, agroecologia, revitalização rural e práticas comunitárias de sustentabilidade.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.